



PODER

Para tentar melhorar imagem, presidente sinaliza apoio à PEC que permite o parcelamento de débitos dos municípios. Chefe do Executivo apela ao diálogo e reitera que atenderá a todas as demandas, independentemente das posições ideológicas

Em aceno a prefeitos, Lula dá aval a parcelar dívidas

» VICTOR CORREIA

Em meio à queda de popularidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma série de acenos para os municípios e minimizou as cobranças ao Planalto, durante o Encontro de Novos Prefeitos e Prefeitas, evento organizado pelo próprio governo federal, que reúne quase quatro mil gestores municipais em Brasília. Lula apelou para o diálogo com todo o espectro político, voltando a dizer que não deixará de atender a demandas da oposição. “Nenhum prefeito e nenhuma prefeita será discriminado por não ser do meu partido, porque falou mal do meu ministro. Todos foram eleitos pelo povo”, discursou.

O chefe do Executivo levou ao palanque todos os seus 38 ministros e os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB); e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), além dos presidentes das três grandes entidades municipalistas.

Para agradar aos prefeitos, o governo federal sinalizou apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que permite o parcelamento das dívidas dos municípios.

O texto foi defendido pelos presidentes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski; da Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas (FNP), Edvaldo Nogueira; e da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Ary Vanazzi.

Por sua vez, Hugo Motta anunciou que vai criar a comissão especial para tratar da PEC. A matéria, já aprovada pelos senadores, permite o parcelamento especial das dívidas, além de um novo modelo de pagamento de precatórios pelas prefeituras.

No evento, Lula também disse que os prefeitos não vieram a Brasília para fazer pedidos. “Vocês nem trouxeram pauta de reivindicação, porque essa não era uma reunião de reivindicar. Porque na Marcha dos Prefeitos,

Emendas: Alcolumbre prega transparência

Em discurso, Davi Alcolumbre afirmou que as emendas parlamentares devem ser aperfeiçoadas, se necessário. “Enquanto presidente do Congresso Nacional, saibam que lutaremos juntos para que os municípios sejam cada vez mais fortalecidos no Orçamento público do Brasil”, ressaltou. “É evidente que, como qualquer outro recurso público, as emendas devem estar submetidas ao controle dos órgãos responsáveis e também devem ser inseridas no contexto do equilíbrio das contas públicas e da responsabilidade fiscal.”

vocês vão trazer a pauta de reivindicação, como todo ano trazem, e todo ano o governo responde”, afirmou.

Ele aproveitou para dar um recado aos prefeitos que criticaram o aumento do piso do magistério, anunciado pelo Ministério da Educação no fim de janeiro. O valor foi corrigido em 6,27%, para R\$ 4.867,77. “Neste país, professor já foi motivo de verso, de poesia, de músicas. Hoje, o professor é tratado mal e porcamente, e muita gente acha que ganhar R\$ 4.800 para passar o dia inteiro com o filho da gente na escola é muito, quando, na verdade, a gente deveria valorizar o trabalho hercúleo do professor dentro da escola”, ressaltou.

Antes, Ziulkoski havia reclamado do aumento. “Imagine: 29% dos funcionários municipais são professores. Não vou citar o município, mas tem professor ganhando mais de R\$ 40 mil por mês. Valorizar o magistério é bom, mas onde está o dinheiro para pagar?”, questionou.

Leia mais sobre o evento na página 14

Ed Alves/CB



Lula com ministros e os presidentes da Câmara e do Senado: “Nenhum prefeito e nenhuma prefeita será discriminado por não ser do meu partido”

Alcolumbre defende parceria com governo

» ISRAEL MEDEIROS

Em reunião que durou cerca de duas horas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), prioridade para votar uma série de medidas que o governo considera essenciais para melhorar sua popularidade visando 2026.

A lista, com 25 iniciativas, já havia sido apresentada, na semana passada, ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e contempla temas como avanço na regulamentação da reforma tributária sobre o consumo e a reforma da renda, na qual está incluída a isenção do

Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

O clima foi amistoso e teve afagos tanto da parte de Haddad quanto de Alcolumbre. “Se o Brasil não crescer de forma sólida, sustentável, tudo fica mais difícil. Dividir um bolo pequeno é difícil. Quando você o faz aumentar, você vai acomodando as pressões e vai tornando as contas públicas mais robustas”, disse o ministro. “O Brasil cresceu, nos últimos dois anos, quase 7%, também em função do que já foi aprovado pelo Congresso.” Segundo ele, há outras medidas sendo preparadas pelo governo para complementar as 25.

Já Alcolumbre afirmou que há

um “espírito de colaboração” do Legislativo para com as pautas do governo e que tanto ele quanto Hugo Motta — a quem chamou de amigo — estão dispostos a trabalhar com o Executivo para fazer avançar as propostas.

“O governo do presidente Lula é um governo que foi eleito pelo povo brasileiro, e o Parlamento precisa estar ladeado às agendas do governo, logicamente colaborando e contribuindo para melhorar e aperfeiçoar essa agenda com o olhar do Parlamento”, frisou Alcolumbre.

O presidente do Senado afirmou também que há disposição de unir o Legislativo “em prol de uma agenda comum de país”.

O governo do presidente Lula é um governo que foi eleito pelo povo brasileiro, e o Parlamento precisa estar ladeado às agendas do governo”

Davi Alcolumbre (União-AP), presidente do Congresso

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Brasil precisa de novas regras para lidar com Trump

Na década de 1970, com a crise da economia mundial e a falta de novas teorias para explicar o desenvolvimento de alguns países, como a Coreia do Sul, e reverter a decadência de outros, caso da Argentina, alguns economistas começaram a analisar o desenvolvimento dos países a partir de suas instituições. Um deles, o norte-americano Douglas North, um dos teóricos da chamada Nova Economia Institucional, viria a ganhar o Prêmio Nobel de Economia, em 1993, por seu trabalho sobre o papel das instituições no desenvolvimento econômico.

North argumentava que instituições — incluindo leis, normas sociais e estruturas políticas — são fundamentais para explicar o crescimento e a prosperidade das nações. Os países têm uma trajetória historicamente definida, a partir de uma matriz institucional que prima pelo equilíbrio legítimo entre as “leis formais” e “as restrições informais”. As tentativas de promover mudanças institucionais abruptas, a partir

da transposição das leis formais — que traduzem modelos de desenvolvimento — de um país para o outro, porém, provocaram desequilíbrios nas instituições e acabaram produzindo resultados diferentes do observado no país “exportador” do modelo.

Trocando em miúdos, as trajetórias de desenvolvimento dos países são únicas, porque os aspectos subjetivos das instituições são produtos de uma realidade local específica, constituída historicamente pelas tais “leis formais” e “restrições informais” cujo processo de legitimação produz equilíbrio. Instituições são fruto de sistemas de valores, hábitos e costumes arraigados numa sociedade; o desenvolvimento depende de mudanças nessas variáveis.

Assim, apesar de suas contradições, a globalização somente foi possível devido à institucionalidade da economia mundial, a partir de organismos multilaterais e longo processo de negociação de acordos entre os países, que ditaram a forma como se integraram à economia

mundial. Entretanto, essa institucionalidade está sendo posta em xeque pelo novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que trocou a diplomacia pelo jogo bruto na economia como na política.

O livre-comércio mundial, que tinha regras pactuadas em organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), está sendo atropelado pelo nacionalismo, pelo protecionismo e por medidas antiglobalização, que vão provocar a reestruturação abrupta e disruptiva das cadeias globais de valor. Quando se imaginava que haveria reestruturação pactuada de cadeias regionais, o que estamos vendo é a implosão de consensos e acordos dos Estados Unidos com seus principais vizinhos, o Canadá e o México, que supostamente seriam grandes beneficiários da “guerra comercial” com a China.

Legislação defasada

As políticas adotadas por Trump

romperam a ordem econômica mundial e sua institucionalidade, que sustenta o comércio e a cooperação internacional. O novo presidente dos Estados Unidos retirou seu país de acordos e organizações internacionais importantes, como o Acordo de Paris sobre o clima e a Organização Mundial da Saúde (OMS), além de abandonar o pacto da OCDE relacionado à tributação de multinacionais. Embora sanções econômicas não sejam novidade, Trump fez da exceção uma nova regra, única na história dos EUA.

Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, na terça-feira (11/2), o embaixador Rubens Barbosa advertia que o Brasil não está preparado para a nova situação. “Considerações de poder, com base na segurança nacional, passaram a influir na aplicação de restrições comerciais como arma política, como as sanções e restrições. Medidas americanas (tarifas, chips, nuvem) e chinesas (área de mineração). O início do governo Trump nos EUA é uma clara indicação

de que poderá haver uma escalada nessas medidas restritivas levando a uma guerra comercial envolvendo os EUA, a China e a Europa, com fortes consequências para os países em desenvolvimento, como o Brasil.”

Segundo Barbosa, o Brasil não tem legislação que permita a tomada de medidas contrárias à imposição de sanções, medidas restritivas ou tarifas unilaterais, em desrespeito às regras negociadas internacionalmente. “O Brasil sempre defendeu que os direitos afetados na área comercial deveriam ser defendidos multilateralmente na Organização Mundial de Comércio (OMC).”

Nesse contexto, segundo o diplomata, o governo brasileiro deveria propor uma nova legislação que defenda os interesses do agro e da indústria, com a aprovação de contramedidas que respondam à imposição por outro país de restrições ao comércio exterior brasileiro sem uma base legal. “As novas circunstâncias do cenário internacional e a perspectiva de uma escalada na aplicação de medidas restritivas generalizadas demandam uma legislação adicional, atualizada, para evitar prejuízo aos interesses do governo e do setor privado.”